

Atenção Primária, integração ensino e serviço e práticas ligadas ao território

Deivisson Vianna Dantas dos Santos¹, Carla Pacheco Teixeira², Andréia Aparecida de Miranda Ramos³, Helena Moraes Cortes⁴, Fábio Solon Tajra⁵, Adriana Maria de Figueiredo⁶

Neste suplemento da série de artigos provenientes de trabalhos de discentes e docentes do Mestrado Profissional em Saúde da Família (PROFSAÚDE), as produções continuam alinhadas com os objetivos de um programa de pós-graduação em Rede Nacional¹. Esses produtos contribuem tanto para a formação de docentes e preceptores como para a educação permanente de trabalhadores do Sistema Único de Saúde brasileiro.

As temáticas deste número se concentram em pontos importantes da Atenção Primária à Saúde (APS) atual. Tilton et al.² nos falam sobre os desafios da aceitabilidade da atenção primária como estratégia organizadora do SUS. Apesar do recente momento pandêmico que vivemos e da exposição e do reconhecimento midiático obtidas pelo Sistema de Saúde, o financiamento do SUS não foi priorizado.³ Os próprios atributos da APS são pouco conhecidos e, segundo alguns pontos de vista, enxergados como estratégias de cuidado que não merecem ser defendidas.² Por isso a importância de estudar os meios de melhorar a “aceitabilidade social” para diversas tecnologias usadas na APS, a fim de aprendermos a criar estratégias de aumento do grau de pertencimento e defesa que o nosso fragilizado SUS merece.

Entre os inúmeros desafios da APS, destacamos os apontados por Barros et al.,⁴ em que vemos percentuais baixos de utilização de uma unidade de saúde em relação à população cadastrada, sendo boa parte das consultas relacionadas aos hiperutilizadores. Vemos, por um lado, a dificuldade de acesso no Brasil à APS⁵, principalmente de populações vulnerabilizadas, por outro, uma utilização não racional do sistema. Teixeira et al.⁶ complementam relatando, em estudo qualitativo, a dificuldade de fixação de médicas de família em áreas de alta vulnerabilidade social em uma capital brasileira. Essas duas produções do PROFSAÚDE reforçam que, para melhorar o acesso vinculado ao cuidado longitudinal, é necessário aumentar o investimento federal na Estratégia de Saúde da Família, priorizando-a, diversificando os meios de comunicação com usuários e criando estratégias de valorização do trabalhador nas regiões

¹ Universidade Federal do Paraná (UFPR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1198-1890>. E-mail: deivianna@gmail.com

² Fundação Oswaldo Cruz – RJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5683-8430>. E-mail: carla.teixeira@fiocruz.br

³ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3928-6478>. E-mail: andrea.ramos@ufjf.br

⁴ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8538-8400>. E-mail: helenamoraescortes@gmail.com

⁵ Universidade Federal do Piauí (UFPI). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7236-5541>. E-mail: fstajra@hotmail.com

⁶ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9222-6397>. E-mail: adrianamfigueiredo@ufop.edu.br

de alta vulnerabilidade.⁵

A potência da APS pode ser evidenciada por estudos que descrevem muitas das ações que supostamente ocorreriam na atenção especializada, mas que se desenrolam com excelência na Atenção Básica. Carrilho et al.⁷ e Ferreira et al.⁸ relatam como, por exemplo, o rastreamento clínico da apneia do sono e a facilitação do acesso aos testes rápidos de infecções sexualmente transmissíveis em equipes da atenção básica produzem efeitos notórios no rastreio e no diagnóstico precoce dessas condições. Para além da importância da detecção precoce de diversos problemas, o próprio manejo dessas questões no território torna o cuidado mais individualizado e culturalmente sensível às questões de cada cidadão⁹.

Considerando as dimensões individuais e coletivas na promoção da saúde da comunidade e dos usuários, Oliveira, Pezzato e Mendes¹⁰ relatam uma experiência que articulou ações coletivas de acupuntura em uma Unidade de Saúde da Família. O município de Santos, SP, foi o palco dessa interessante experiência, que teve como desfecho o estreitamento de vínculos da comunidade com a equipe de saúde, privilegiando a integralidade do cuidado na perspectiva da desmedicalização da vida.

Na esteira das práticas integrativas e complementares em saúde (PICS), Muricy et al.¹¹ propõem a organização e a ordenação do cuidado em saúde mental na APS na região metropolitana de Salvador por meio da construção de um modelo de cuidado em saúde mental, tendo as PICS como eixo condutor. Ainda no contexto das intervenções não farmacológicas em saúde mental, Mendes, Campos e Wenscelau¹² investigaram a utilização de intervenções psicossociais por médicos de família e comunidade no manejo de usuários que sofrem com transtornos mentais comuns.

A revisão na literatura evidencia potência nas ações comunitárias de promoção da saúde, demandando, para além da sensibilização das equipes de saúde, a necessidade da construção e efetivação de políticas públicas e do apoio concreto das gestões municipais.¹³ Esses quatro estudos apontam a possibilidade do redirecionamento das práticas de cuidado para uma concepção coletiva e mais ampliada do processo saúde-doença que pode proporcionar novos sentidos no modo de viver das pessoas, produzindo saúde e ampliando a oferta terapêutica na APS.

A valorização da diversidade do território brasileiro e a necessidade de processos formativos dos profissionais inseridos na APS que privilegiem as populações das florestas, dos campos e das águas são fatores apontados na revisão de literatura de Forte et al.¹⁴ Tanto as práticas integrativas como as intervenções de saúde mental não farmacológicas só são viáveis em sistemas de saúde com forte direcionamento para a APS. Afinal, são as articulações com outras soluções comunitárias do território que possibilitam ofertas não medicalizadas para

problemas humanos que não configuram um diagnóstico¹⁵.

Essas tecnologias leves, que configuram estratégias de manejos de problemas comunitários, necessitam de uma política de formação contínua em recursos humanos. A estratégia de nortear a formação e a qualificação dos profissionais inseridos nos serviços públicos de saúde, presente na política de Educação Permanente, tem como objetivo desenvolver e aprimorar tais tecnologias.¹⁶ Por esse motivo, é necessária a integração ensino-serviço, não apenas para fazer do Sistema Único de Saúde um cenário de prática de formação dos estudantes, mas também para transformar esses ambientes em locais com tradição de eterno aprendizado e adaptação às variadas demandas territoriais.

Freitas et al.¹⁷ e Pacheco et al.¹⁸ relatam os caminhos possíveis para se construir a integração entre as instituições acadêmicas e o SUS. Os autores asseveram que o sucesso de uma política de integração ensino-serviço depende da própria valorização dos profissionais de saúde como preceptores e formadores de novos conhecimentos. Teixeira et al.¹⁹ nos lembram, entretanto, que essa valorização é desigual e perpassa por questões de gênero e também pelas dificuldades de sedimentação de regiões de alta vulnerabilidade como cenários de prática.

Entretanto, quando tais estratégias são colocadas em prática, demonstram grande potencial transformador dos serviços. Calheiros et al.²⁰ mostram como a EP foi percebida pelos profissionais de saúde como uma prática formativa necessária e importante para sua atuação, capaz de preencher lacunas ou deficiências da formação, proporcionando transformações no cuidado. Já Santos et al.²¹ apresentam uma experiência em que os agentes comunitários de saúde fazem formação em utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na vigilância em saúde no território como resultado de ações de educação permanente.

Os trabalhos apresentados neste número da Revista APS sustentam a necessidade de que as políticas públicas de saúde no Brasil precisam cumprir com as atribuições de formação de recursos humanos de forma contínua e articulada, com fins de qualificar e ampliar os cuidados oferecidos nos serviços do SUS. Após 36 anos do nascimento da proposta de um sistema de saúde nacional público e universal, pode-se afirmar que o Brasil sofre com a falta de uma política estrutural de formação de recursos humanos, refletindo diretamente na qualidade da assistência prestada, bem como na capacidade de fixação dos profissionais no sistema de saúde.

Por outro lado, a produção dos trabalhos aqui apresentados demonstra a força que programas de pós-graduação em saúde coletiva – com destaque para as temáticas da Atenção Básica e da Saúde da Família – têm na cadeia de formação de recursos humanos para o SUS. De forma ainda mais pontual, os programas profissionais têm propiciado a trabalhadores dos serviços de saúde da APS e de instituições de ensino superior (IES) oportunidades de se qualificar para que possam contribuir com melhor suporte técnico e melhor formação de usuários

e estudantes, que têm, nesses cenários, seus processos de cuidado e aprendizado.

Torna-se, portanto, urgente que, na defesa de um SUS potente, a pauta de formação de recursos humanos e a criação e manutenção dos cursos de pós-graduação em Saúde Coletiva e Saúde da Família estejam presentes.

REFERÊNCIAS

1. Guilam MCR, Teixeira CP, Machado MFAS, Fassa AG, Fassa MEG, Gomes MQ, et al. Mestrado Profissional em Saúde da Família (ProfSaúde): uma experiência de formação em rede. Interface [internet]. 2020 [acesso em 2021 jan.]; 24(Suppl 1):e200192. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/JHBXSLpx4Y9zzkfTvXtXXwx/?lang=pt>
2. Tilton CMS, Stefanello S, Pecharki G, Poli Neto P. Aceitabilidade social de tecnologias da Atenção Primária à Saúde: uma revisão de escopo. Rev APS [internet]. 2022; 25(Supl 1): 208 - 229. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/35250>
3. Servo LMS, dos Santos MAB, Vieira FS, e Benevides RPS. Financiamento do SUS e Covid-19: histórico, participações federativas e respostas à pandemia. Saúde em Debate [online]. [acesso em 2021 dez.]; 44(spe4): 114-129. <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E407>
4. Barros ac, Ramos EG, da Silva KS. Utilização de atendimentos no serviço de atenção básica em um município do Espírito Santo segundo perfil sociodemográfico e de condições de saúde. Rev APS [internet]. 2022; 25(Supl 1): 172 - 189. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/35435>
5. Tesser, Charles Dalcanale, Norman, Armando Henrique e Vidal, Tiago Barra. Acesso ao cuidado na Atenção Primária à Saúde brasileira: situação, problemas e estratégias de superação. Saúde em Debate [online]. 2018 [acesso 2021 dez. 9]; 42(spe1): 361-378. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S125>
6. Teixeira FB, Anderson MIP, de Albuquerque NP, Hasse M, Silva EPQ. Entrecruzamento de desigualdades: gênero e maternidade na carreira de médicas de família e comunidade. Rev APS [internet]. 2022; 25(Supl 1): 41 - 57. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/35434>
7. Carrilho LE, Dal Col AM, Vita ARP, Travenzoli AEA, Fernandes EG, Oliveira EC et al. Rastreamento da síndrome da apneia e hipopneia obstrutiva do sono em hipertensos na atenção primária à saúde. Rev APS [internet]. 2022; 25(Supl 1): 135 - 146. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/35054>
8. Ferreira MGBL, Santos R, Barbosa TCS; da Silva LR, Macedo LMM, de Lucena MLF; Correia DS, Taveira MGMM et al. Abordagem de organização facilitada para otimização de testes rápidos de detecção de infecções sexualmente transmissíveis: um relato de experiência. Rev APS [internet]. 2022; 25(Supl 1): 190 - 197. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/35071>
9. Damasceno RF, da Silva PLN. Competência cultural na atenção primária: algumas considerações. J Manag Prim Health Care [Internet]. 19º de dezembro de 2018 [acesso em 2021 dez.];9. Disponível em: <https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/435>
10. Oliveira AMG, Pezzato LM, Mendes R. Articulação entre Práticas Integrativas e Promoção da Saúde: ações coletivas com acupuntura na Estratégia Saúde da Família. Rev APS [internet]. 2022; 25(Supl 1): 8 - 28. Disponível em

- <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/35053>
11. Muricy AL; Cortes HM; Antonacci MH; Pinho PH; Cordeiro RC. Implementação do cuidado em saúde mental com a abordagem das PICSS na Atenção Primária. Rev APS [internet]. 2022; 25(Supl 1): 70 - 89. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/35392>
 12. Mendes F; Campos EMS; Wenceslau LD. Intervenções psicossociais para transtornos mentais comuns: percepções e demandas formativas na medicina de família e comunidade. Rev APS [internet]. 2022; 25(Supl 1): 109 - 134. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/35467>
 13. Funayama AR; Cyrino EG; Garcia MAA. Atuação profissional em práticas de promoção da saúde no contexto da Atenção Primária à Saúde: revisão integrativa. Rev APS [internet]. 2022; 25(Supl 1): 230 - 250. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/35440>
 14. Forte MPN; Pessoa VM; Arruda CAM; Machado MFAS; Barbosa MIS; Carneiro FF; Sombra Neto LL. Estratégia saúde da família rural no nordeste do Brasil: percepções de profissionais sobre a saúde e ambiente. Rev APS [internet]. 2022; 25(Supl 1): 58 - 69. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/34913>
 15. Tesser CD, Sousa IMCarvalho, Nascimento, MC. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde brasileira. Saúde em Debate [online]. 2018 [acesso em 2022 jan. 6]; 42(spe1): 174-188. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S112>.
 16. Ferreira, Lorena et al. Educação Permanente em Saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. Saúde em Debate [online]. 2019 [acesso em 2022 jan. 16]; 43(120): 223-239. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912017>.
 17. Santos DVD; Freitas FO; Massuda A; Rodrigues CO; Stefanello S. Integração ensino-serviço na implantação de curso de medicina no Paraná Rev APS [internet]. 2022; 25(Supl 1): 90 - 108. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/35377>
 18. Pacheco E; Pinho P; Cortes H; Feijó F. Residência médica e multiprofissional: demandas e recursos de preceptores na atenção primária à saúde Rev APS [internet]. 2022; 25(Supl 1): 147 - 171. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/35483>
 19. Teixeira FB, Anderson MIP, de Albuquerque NP, Hasse M, Silva EPQ. Entrecruzamento de desigualdades: gênero e maternidade na carreira de médicas de família e comunidade. Rev APS [internet]. 2022; 25(Supl 1): 41 - 57. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/35434>
 20. Calheiros MNTR; Fernandes RMAW; Omena KVM; Calheiros DS. A educação permanente no âmbito da saúde mental e o médico atuante na atenção primária. Rev APS [internet]. 2022; 25(Supl 1): 29 - 40. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/35362>
 21. Santos MR; Badaró MCJ; Faria L. A pesquisa científica no cotidiano de trabalho do Agente Comunitário de Saúde: relato de experiência Rev APS [internet]. 2022; 25(Supl 1): 198 - 207. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/35451>